

# A CONTRIBUIÇÃO DA CHINA PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL: O SOCIALISMO DE MERCADO

*China's contribution to South-South Cooperation: the market socialism*

Marina Bolfarine Caixeta

Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul  
(ASUL) – Universidade de Brasília - UnB, Brasil

## Informações do artigo

Recebido em 30/04/2022

Aceito em 25/05/2022

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p186-217>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

## Como ser citado (modelo ABNT)

CAIXETA, Marina Bolfarine. A contribuição da China para a cooperação Sul-Sul: o socialismo de mercado.

*Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 186-217, jan./abr. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2021.n254.p186-217>

## Resumo

A ascensão chinesa na presente ordem mundial provoca transformações significativas no sistema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID). Após a Conferência do PABA+40 em 2019, quando se notabiliza uma crise da Cooperação Sul-Sul (CSS) com dificuldade de expressar sua natureza distinta no SCID, entender a experiência chinesa torna-se relevante. Especialmente investigamos qual é a contribuição dada pela China para a governança da CSS legada pelo socialismo de mercado? Com base numa revisão da literatura científica sobre as particularidades chinesas na ordem global, lançamos a hipótese de que o socialismo é um sistema político econômico e social mais afim aos ideais do Sul e com maior potencial de contribuição para a realização da CSS. O presente artigo discute a Nova Rota da Seda e as interações da China no eixo Sul-Sul, o Estado planejador e uma política estatal para a CSS, e o socialismo de mercado e sua diplomacia plural e pública-social para as iniciativas de CSS, e conclui que além de a China introduzir novos paradigmas, princípios e iniciativas, pode-se reconhecer que o socialismo de mercado chinês apresenta um avanço neste cenário em relação aos países do sistema capitalista.

**Palavras-Chave:** Cooperação Sul-Sul. socialismo de mercado. China. Nova Rota da Seda. Estado planejador.

## Abstract

The Chinese rise in the present world order causes significant transformations in the International Development Cooperation (IDC) system. After PABA+40 Conference in 2019, when a South-South Cooperation (SSC) crisis was noted, due to the difficulty in expressing its distinct nature in the IDC system, the Chinese experience becomes even more relevant. We are especially interested in investigating what is the contribution that the Chinse socialist market economy makes to the SSC governance? Based on a review of the scientific literature on Chinese particularities in the global order, our hypothesis is that socialism is a political, economic, and social system more in line with the ideals of the South and with greater potential to contribute to the realization of SSC. This article discusses the New Silk Road and China's interactions in the Global South, the planning state and a state policy for SSC, and the market socialism and its plural and public-social diplomacy for SSC initiatives and concludes that in addition to China introducing new paradigms, principles, and initiatives, it can also be recognized that Chinese market socialism presents an advance in this scenario in relation to the countries of the capitalist system.

**Keywords:** South-South Cooperation. market socialism. China. New Silk Road. planner state.

## INTRODUÇÃO

A ascensão chinesa na presente ordem mundial provoca algumas transformações e impactos políticos significativos. Especialmente o sistema da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID) tem recebido fortes influências da Cooperação Sul-Sul (CSS) chinesa, com a introdução de novos paradigmas, princípios e iniciativas. A peculiaridade chinesa, como país do Sul global, se caracteriza por parcerias políticas estratégicas (NASCIMENTO e MAYNETTO, 2019), pela cooperação integral (HAIBIN, 2018; BAIYI, 2018); pela cooperação para transformação estrutural (VIEIRA, 2015; VADELL et al., 2020) assentada no tripé comércio-investimento-assistência (VADELL et al., 2020), tendo por base uma diplomacia de tipo ganha-ganha (*win-win*) e parcerias para benefícios mútuos (YUAN, 2020).

Neste sentido, a presença da China na CSS está menos pautada pelas metas de desenvolvimento da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do que pela integração (cadeias globais de comércio) e cooperação (desenvolvimento nacional) entre os países, encetado pela Nova Rota da Seda (NRS). Neste período da CSS posterior à Conferência do PABA+40<sup>1</sup>, assiste-se à uma governança mundial da CSS fragmentada entre os países do Sul global e bastante influenciada por interesses e iniciativas do Norte global, evidente na Parceria Global para o Desenvolvimento Eficaz (GPEDC) que é uma proposta do Fórum de Alto Nível para a Efetividade da Ajuda da OCDE desde o encontro de Busan em 2011 (CAIXETA, 2021).

No entanto, o protagonismo chinês neste cenário da CSS tem mostrado desinteresse nessa fusão da CSS com o regime da ajuda externa estabelecido pela OCDE<sup>2</sup>. A não adesão de 4 dos 5 países-membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ao GPDEC, à exceção da Rússia, soma-se ao ceticismo de acadêmicos chineses sobre a legitimidade da Parceria para orientar a prática da CID pelo Sul global. Há reivindicação por uma nova versão da perspectiva histórica da cooperação para o desenvolvimento diante de uma ordem

<sup>1</sup> Na Conferência das Nações Unidas para celebrar os 40 anos de Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), destaca-se à forte instrumentalização da CSS pela Agenda 2030 dos ODS e à vinculação da CSS à Cooperação Trilateral, ou seja, marcada pela presença dos países desenvolvidos do Norte global e dos organismos internacionais nas parcerias de CSS, especialmente no que tange à modalidade da coop. técnica.

<sup>2</sup> Conforme descreveram Esteves e Klingebiel (2021), na Conferência de Busan ensaiou-se uma fusão da CSS com a AOD (Assistência Oficial ao Desenvolvimento) da OCDE, o que tem resultado numa confusão quanto à expressão singular (a identidade) da Cooperação Sul-Sul - suas normas, atores e princípios.

mundial alternativa almejada e estruturada pelo Sul emergente e por diálogos conduzidos no âmbito do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento (FDC) do sistema ONU (XIAOYUN; GUBO, 2021).

Também Vadell et al. (2020) defendem que é preciso distinguir a cooperação entendida como ajuda – eis o regime da ajuda externa (*foreign aid*) estabelecido após a II Guerra Mundial - da cooperação descrita em parcerias de benefícios mútuos – no que tange a construção de capacidades por meio da transferência de experiências e tecnologia. Enquanto a primeira é protagonizada pela OCDE e sua Cooperação Norte-Sul (CNS) de sentido vertical entre doadores e receptores, a segunda é mais bem representada pela CSS e seus princípios horizontal e solidário entre países iguais e em prol da busca por benefícios mútuos. Neste último caso, poder-se-ia enquadrar a China que tem um modelo próprio com características peculiares. “*Chinese SSC takes up the postulates of the Bandung Conference and the eight principles of Zhou Enlai, adapting them to present times, when China is a central country in the capitalist world system.*” (VADELL et al., 2020, p.3)

Assim, a China desperta inquietações tanto pelo alto volume de recursos financeiros investidos na CSS quanto pela natureza híbrida de suas parcerias que vão desde comércio e investimentos para a construção de infraestrutura até assistência técnica. Este é o caso da Nova Rota da Seda, lançada em 2013 pelo governo Xi Jinping – em inglês ficou conhecida como *One Belt One Road Initiative (OBOR)* ou *Belt and Road Initiative (BRI)*. Este grande projeto de cooperação e integração dos países tem como objetivo imediato construir infraestrutura para expandir a conexão dos países e continentes aumentando, sobretudo, as relações no eixo Sul-Sul.

Não obstante, diversos pesquisadores têm se dedicado a analisar as iniciativas chinesas, apontando para algumas incoerências quanto aos princípios da CSS e uma possível inadequação ao classificar a China como país do Sul global. Senna (2016) analisa, com base no caso brasileiro, como o subimperialismo pode estar associado à sub-hegemonia nas formas de cooperação que resultam dependência econômica. Aproveitando-se do *status semiperiférico*, países como o Brasil e a China exercitam uma política externa expansionista e relativamente autônoma no sistema internacional em relação aos demais países em desenvolvimento para criar uma zona de influência (militar, econômica e política) baseadas em narrativas disruptivas.

Entretanto, com base na teoria marxista da dependência, o subimperialismo aplicado ao Sul global é um equívoco ideológico-epistemológico. Ao desconsiderar que as contradições materiais da atual ordem internacional são originadas pelo sistema colonial, quando o imperialismo do Norte global subjugou, e ainda domina, os povos e países do Sul global, tal perspectiva reafirma estruturas que discursivamente pretendem combater. “[...] ao negarem aos países periféricos a capacidade de alheios às revoluções sociais, formularem estratégias nacionais para a superação do subdesenvolvimento” (NOGARA, 2022, p.508). Na perspectiva crítica situada no Sul global adotada aqui, vislumbramos a possibilidade em analisar cuidadosamente ambas.

Além das contradições sobre a expansão chinesa no mundo, reconhece-se num campo de estudos mais crítico, grande lacuna na comunidade científica global e academia brasileira em decorrência do eurocentrismo e da presente possibilidade de que o sucesso chinês acabe com a hegemonia dos Estados Unidos<sup>3</sup>. O fim do isolamento chinês na política internacional com as reformas de mercado de Deng Xiaoping em 1978 enseja a construção da sua imagem no mundo. Para Cunhai (2018), trata-se de um projeto em marcha relacionado à consciência chinesa sobre seu papel como potência mundial responsável, à necessidade de desfazer mal-entendidos sobre sua presença como ameaça para o mundo, à ideia de um neocolonialismo no Sul global e, ainda, à mudança da filosofia diplomática, que inclui cada vez mais expressões como poder brando, diplomacia pública e comunidade de destino na política externa chinesa.

Contudo, a partir do campo da Economia política internacional (EPI), estudos sobre a transformação do cenário da CSS introduzida pela China têm tornado possível introduzir variáveis relevantes para este campo científico. Especialmente, tomamos por base a ideia de que há um modelo chinês de CSS que tem conseguido impactar o sistema da CID e da CSS, conforme identificado e apresentado por Vadell et al. (2020, p.3):

[...] the contemporary crisis of SSC, whether it is an “identitarian crisis” (Lo Brutto, 2017; Domínguez-Martín 2017; 2011; Lo Brutto and González Gutiérrez, 2016) or an “existential crisis” (Gore 2013; Esteves and Assunção 2014), we are witnessing a global transformation of the current international cooperation regime through China’s Global expansion, leveraged by its economic strength. The approach and

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, merece destaque o artigo de Gonzalo e Sly (2022) que discute a emergência do 5G no Sul global, cenário que leva os países decidirem entre os Estados Unidos e a China devido à guerra tecnológica-política entre os dois polos, com base nos casos do Brasil e da Índia.

strength of Chinese SSC is gaining prominence to the extent that it is seen as competing with the OECD model of cooperation and aid and perceived as a more attractive option for Global South countries.

Assim, a questão principal de nossa discussão é a seguinte: qual é a contribuição dada pela China para a governança da CSS legada pelo socialismo de mercado? O presente artigo pretende analisar e discutir a literatura científica dedicada a apresentar as particularidades chinesas na ordem global, o que nos permite compreender as bases da política estatal chinesa para a CSS, sobretudo a Nova Rota da Seda devido às interações da China no eixo Sul-Sul; o Estado planejador em decorrência da possibilidade que tem a China de contar com uma política estatal sólida para a CSS, porquanto construída no longo prazo e centralizada na figura do Estado; e o socialismo de mercado e sua orientação plural e pública para a diplomacia chinesa, em consonância com o 'espírito de Bandung', quando surgiu a CSS como ideologia do Sul global e mecanismo internacional.

Para tanto, partimos da hipótese de que o socialismo seja um sistema político econômico e social<sup>4</sup> mais afim aos ideais do Sul em decorrência da sua orientação em prol da cooperação, contrapondo-se ao sistema capitalista que traz em seu bojo a competição como um valor. Essa discussão integra uma pesquisa mais ampla dedicada a investigar as iniciativas cooperativas no Sul global a partir dos conceitos público, privado e comum. Partimos de um *continuum* em que se situa distintas políticas de CSS, a saber: a *cooperação no sistema capitalista*, cuja CSS está à serviço do governo de turno e, portanto, oscila entre as diferentes visão de Estado e de mundo que se revezam nos planos de governo eleitos pelo regime político democrático; a *cooperação no sistema socialista*, quando a CSS conta com uma política de Estado centrada em planejamentos de longo prazo para o desenvolvimento nacional e internacional e em princípios socialistas tais como a igualdade e solidariedade; e a *cooperação no sistema comunista ou comunitarista*, que prescinde da figura do Estado porquanto ocorre como forma de interação e convívio entre distintas sociedades e grupos sociais, mais plural e identificada com objetivos imediatos de promoção do bem-estar. Daí a justificativa para a hipótese apresentada, já que estudar o caso da China representa uma

---

<sup>4</sup> Jabbour e Gabriele (2020) utilizam o conceito de formação econômica-social para se referir tanto ao socialismo quanto ao capitalismo, que indica um complexo específico de relações sociais de produção e troca em determinado país e/ou grupo de países durante um longo tempo.

oportunidade para repensar a CSS num momento em que tem sido apontada uma crise identitária e uma mudança estrutural da ordem mundial.

### A NOVA ROTA DA SEDA: UM IMPULSO À COOPERAÇÃO SUL-SUL

A “Rota da Seda” tratou-se de uma rota de comércio que ligava o Império chinês à Europa, transportando a seda, sobretudo durante a dinastia Tang, entre 618 e 917 d.C. Numa renovação, a “Nova Rota da Seda” é parte do objetivo chinês de ampliar a conexão de países parceiros propiciando as trocas comerciais, o que dentre outras coisas facilitaria o acesso da China aos recursos energéticos da Ásia Central, num sentido inverso à rota do passado que visava o suprimento do mercado europeu.

O programa *One Belt, One Road* de infraestrutura, lançado oficialmente em 2013, configura-se como um ambicioso corredor econômico, inspirado na antiga Rota da Seda, lançado pela China, como sendo capaz de integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, principalmente a partir da Rússia, pela sua via terrestre, e a partir do Oceano Índico por sua via marítima. No total, a iniciativa engloba seis corredores econômicos, que perpassam mais de 60 países no total, que contam com 60% da população global e um terço do PIB mundial. (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019, p. 124)

A Nova Rota da Seda (NRS), assim, foi uma ampla estratégia de cooperação internacional que impulsionou a política chinesa de CSS. Ela se constitui como uma iniciativa guarda-chuva que compreende uma série de projetos que vão desde pontes terrestres euroasiáticas até uma rota marítima de nível global com vistas a criar corredores econômicos na Ásia (Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático) – o *Silk Road Economic Belt* – e melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o Oceano Índico – o *21st Century Maritime Silk Road*.

Destacam-se, nesta construção de parcerias estratégicas do governo chinês os eixos sino-russo e sino-indiano, promovendo maior aproximação entre as duas potências militar e econômica asiáticas e ensaiando uma distensão regional proveniente do pragmatismo nas relações com Paquistão e Índia. Ela inclui (1) a *New Eurasian Land Bridge*, principal passagem logística entre os dois continentes, baseada na cooperação entre a China e a União

Econômica Euroasiática<sup>5</sup>; a (2) *China-Mongólia-Rússia Corridor*, iniciativa que pretende utilizar a moeda chinesa (o Yuan ou RMB) nas transações comerciais e financiamentos e tem o potencial de tornar-se o grande corredor energético com oleodutos e gasodutos; a (3) *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor*, início da rota marítima por conectar o Sudeste Asiático à África e ao Mediterrâneo; a (4) *China-Pakistan Economic Corridor*, acesso exclusivo da China ao Oceano Índico pode contribuir para entendimentos sobre os latentes conflitos na Caxemira entre Índia, Paquistão e China que envolvem o risco de uso de arma nuclear. Neste último eixo, cabe mencionar, ainda, que Índia e Paquistão, inimigos históricos, tornaram-se membros plenos da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) desde 2016, contribuição dada pela China em suas parcerias estratégicas da NRS.

### A China e o desenvolvimento pacífico

Assim, a China a partir de uma cooperação mais integral com forte peso da diplomacia econômica influencia tanto o regime da ajuda externa da OCDE quanto a governança da CSS. A NRS permite articular estratégias de desenvolvimento propostas em direção ao pacifismo, que habilita as interações e as trocas comerciais, técnicas e tecnológicas entre os países. A globalização, conforme entendida pela China, deve permitir a (1) coordenação das políticas; (2) ligação entre as infraestruturas; (3) fluidez do comércio; (4) integração financeira e (5) compreensão mútua entre os povos. Esta conectividade em escala global está pensada a partir o ideal de promover uma ‘comunidade de destino humano’. Nele se erigem o pensamento e a estratégia política de Xi Jinping desde o XIX Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (PCCh) em 2017 e de suas tarefas históricas, a saber: o fomento da modernização, a culminação da reunificação da pátria, a salvaguarda da paz mundial e a promoção do desenvolvimento conjunto (Jinping, 2017 apud Baiyi, 2018).

Cabe lembrar que o XVIII Congresso Nacional do PCCh em 2012 propôs a diplomacia do Grande Renascimento da Nação Chinesa (*Major Country Diplomacy with Chinese Characteristics*) e introduziu novas ideias, conceitos, modelos e práticas para suas relações internacionais. Isso, porque, para reorientar a estrutura da governança global, a China trouxe

---

<sup>5</sup> Trata-se de um processo de integração com estrutura supranacional que vincula a Armênia, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão e a Rússia, criada em 2014 (Tratado de Astana – Bielorus) e em funcionamento desde 2018.

novos paradigmas e visões de mundo, que foram pensados como alternativos aos existentes e consolidadas no mundo pelos atuais países desenvolvidos (LINGGUI, 2018). Isso foi o que Vadell et al. (2020) denominaram de transformação estrutural promovida pela China para o papel a ser desempenhado pelo Sul global quanto a uma compreensão mais abrangente sobre o desenvolvimento, a mudanças dos princípios, normas e processos que regem a CSS com vistas a recrear um novo consenso no sistema de poder internacional.

Para Yuan (2020), há um pragmatismo chinês na Cooperação Sul-Sul que impacta a estrutura política internacional. Ao oferecer aos países em desenvolvimento iniciativas que eles possam compartilhar experiências e lições aprendidas e, ao mesmo tempo, construir coletivamente uma infraestrutura que os permitam abrir oportunidades de novas parcerias. Segundo esse autor, o pragmatismo chinês é parte de uma tradição milenar que diz que o Estado deve perseguir seus interesses, o que permite vincular a CSS chinesa aos diferentes contextos internos e externos, motivos, objetivos, instrumentos e mecanismos administrativos apresentando pelos diferentes cenários. Isso quer dizer que há uma natureza mutante e adaptativa, mas constante e evolutiva em termos estratégicos para a política de CSS que remonta à década de 1950, quando foi instituída a República Popular da China (RPC) a partir da Revolução Socialista Mao Zedong.

Assim, o Cinturão e a Rota (*Belt and Road Iniciativa – BRI*), como também tem sido denominada a Nova Rota da Seda, está plasmado na narrativa sobre os ideais de benefício mútuo, multilateralismo e pacifismo nas relações internacionais. Notabilizam-se os princípios da horizontalidade e do pluriversalismo, conforme enunciado por Xi Jinping em 2014: “[...] siguiendo el principio de buscar bases comunes respetando las diferencias, intercambien a plenitude sus estrategias y soluciones de desarrollo económico, elaboren coordinadamente los planes y medidas encaminhados a promover la cooperación regional [...].” (BAIYI, 2018, p. 182) Ele é parte de uma estratégica chinesa de configuração do Estado moderno e de estruturação do sistema-mundo.

Há na NRS uma diplomacia que instrumentaliza a cooperação nos domínios político e econômico simultaneamente por meio do conceito de *parcerias estratégicas*. Para Nascimento e Maynetto (2019), uma parceria estratégica, na visão chinesa, aproxima ampla e profundamente os países propiciando a criação de instituições e visões de mundo em comum. Como conceito central para explicar as relações sino-russas e sino-indianas, por exemplo, a NRS abrange a plataforma econômica (de infraestrutura, comércio e

investimento) e servir à construção de entendimentos políticos comuns alternativos, face o domínio dos Estados Unidos e demais países ocidentais.

Daí o desenvolvimento pacífico em nível internacional pode assumir um novo *locus* de enunciação no Sul global. A NRS possui repercussão e convergência com o bloco dos BRICS e com a Organização da Cooperação de Xangai (OCX). Essas alianças pretendem modificar a ordem internacional em benefício dos países do Sul e ressaltam o triângulo asiático constituído pelos três vértices: China, Rússia e Índia nas três iniciativas internacionais mencionadas, o que demonstra o forte potencial que esses países assumem na construção de novos entendimentos na política internacional, mediante novas instituições multipolares, rotas de comércio e iniciativas de segurança mundial-regional.

Para Vadell et al. (2014), a expansão chinesa via um modelo de desenvolvimento econômico *sui generis* tem grande significado para os países em desenvolvimento na periferia do sistema-mundo (Sul global). "China has moved from the periphery to the center of the global economic system shifting the geographical core of capitalist accumulation process." (p.92) Por meio de relações de comércio e investimento, a China institui uma nova configuração de poder no seio do sistema-mundo entre centro e periferia – o denominam de *Consenso Asiático* –, ao promover uma expansão geográfica nova em termos de acumulação de capital e, em função disso, uma nova globalização.

### A Cooperação internacional na China

A cooperação internacional proposta e praticada pela China ressalta alguns princípios caros ao Sul global, sobretudo o pluraliversalismo, que é parte da diplomacia pragmática defensora da multipolaridade e da autodeterminação dos povos, o benefício mútuo, integrante da proposta do desenvolvimento compartilhado e da reciprocidade, e a justiça social, não apenas prevista no sistema socialista internamente e suas políticas para o desenvolvimento socioeconômico, mas ainda na reivindicação como país do Sul global por uma ordem mundial mais justa e equilibrada. Assim, pluriversalismo, benefício mútuo e justiça social formam parte da narrativa chinesa para a cooperação internacional.

Dessa forma, as iniciativas da NRS se caracterizam por um entendimento mais abrangente sobre o desenvolvimento. Essa cooperação integral abrange desde o tripé comércio-investimento-assistência até a transformação estrutural do sistema-mundo. "*China's new cooperation dynamics have been moving away from traditional aid schemes,*

covering the CSS with new practices of political dialogue, trade agreements and infrastructure financing, opening the doors for a possible new cooperation regime, a kind of Bandung reloaded." (VADELL et al., 2020, p.17) Esse novo regime pode ser alcançado pelos objetivos em promover a igualdade, os benefícios mútuos no desenvolvimento comum e a harmonia no Sul global. Sendo essa harmonia relacionada à ideia de um capitalismo confuciano baseado na confiança, vislumbra-se um capital social que oriente as relações de reciprocidade e interesse mútuo (VADELL et al., 2014).

Observa-se, então, o papel desempenhado pela China, como um país do Sul global, na geopolítica contemporânea. Como explicitado na Declaração Conjunta para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional (1997), na cooperação política do Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL) desde 1960, na Conferência Afro-asiática de Bandung (1955) e, mais recentemente, na cooperação política e econômica viabilizada pelos BRICS (2009) entre as grandes economias do mundo, há forte interesse chinês, desde a instituição da RPC, no Sul global. Segundo Timossi (2015), a Conferência de Bandung em abril de 1955 teve grande protagonismo de Zhou Enlai da China, com o intuito de promover formas alternativas de uma governança global justa que viabilizasse o desenvolvimento político e econômico dos povos e impulsionasse a descolonização. Meio século depois, o *espírito de Bandung* se refere a esse marco do surgimento dos conceitos e alianças entre países do Terceiro Mundo<sup>6</sup>, expressão posteriormente substituída por Sul global.

No entanto, há muita discussão na atualidade sobre as controvérsias chinesas quanto à CID. Segundo Guimarães (2019), teme-se que os efeitos positivos dos investimentos chineses podem ser absorvidos pela própria China ao utilizar suas empresas na execução das obras financiadas pelo capital chinês (em 89% dos projetos) e, em menor proporção, pelos bancos multilaterais (em 29% dos casos) – o caso do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e do Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB).

Essa alta porosidade entre as economias dos países beneficiários dos projetos e a China, porém, depende das dinâmicas sociais e do papel desempenhado pelo Estado nos países parceiros da China. Com isso, só seria possível avaliar os impactos da NRS no longo

<sup>6</sup> A teoria dos Três Mundos de Mao para a política externa previa a RPC como líder do Terceiro Mundo, apoiando algumas lutas anticoloniais e diversos governos na África, segundo Vadell et al. (2014).

prazo. Um critério, para tanto, seria avaliar a capacidade de as políticas dos Estados parceiros da China em gerar maior produtividade econômica nacionalmente, assim como o emprego e renda, e a transferência de tecnologia (civil e militar) possíveis de promover com o mais investimento e financiamento chinês (Guimarães, 2019; Gilpin, 2021).

Seja através do investimento direto, seja através do endividamento externo ou ajuda externa, o processo de expansão do capital chinês, no âmbito da NRS, tem impactos na trajetória de desenvolvimentos dos países da periferia chinesa. Em momentos de fratura geopolítica como atualmente na Eurásia, alguns países periféricos se inserem nas disputas entre potências atuando com fiéis da balança de poder, abrindo possibilidades para o desenvolvimento (entendido como mudança estrutural e progresso tecnológico). Tal movimento pode ser observado quando há por parte dos países receptores uma estratégia clara de disciplinar o capital externo, protegendo suas economias nacionais e dando sentido próprio à expansão do capital, orientado pela percepção de ameaça externa, a exemplo do que fez a China em seu processo de abertura ao capital estrangeiro (GUIMARÃES, 2019, p. iv)

Também é o caso da crítica à um neoextrativismo chinês nos países do Sul Global, o que fez a região transitar de um Consenso de Washington a um Consenso de Beijim. Para Svampa e Splivak (2015), há uma nova configuração dependentista disponível para a região latino-americana, que se caracteriza pelo declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica e crescente primazia econômico-financeira da China. Ambos os poderes mundiais, porém, objetificam a América Latina na política mundial por meio do neodependentismo e da reprimarização da economia, com destaque para o extrativismo de minerais e a exportação de commodities.

Nesta discussão socioambiental, o desenvolvimento de tecnologias limpas no Norte global que impacta negativamente os países e povos do Sul global, também tem sido acompanhado pela China. Conforme alerta Becker (2021), a transição energética está intimamente relacionada à exploração de recursos no Sul global tão poluente ambientalmente quanto maléfica socialmente. A troca dos combustíveis fósseis por elétrica em veículos automotores, por exemplo, é intensiva em lítio e cobre, cujas reservas estão em sua maioria situadas na América Latina – o “triângulo do lítio” abrange Bolívia, Chile e Argentina. Mais recentemente, proposta boliviana para uma aliança do lítio<sup>7</sup> e da nacionalização do lítio mexicano evidenciam a importância da demanda global por esse

---

<sup>7</sup> Mais informação está disponível em: <https://www.brasil247.com/americalatina/governo-da-bolivia-propoe-a-argentina-ao-chile-e-ao-mexico-a-criacao-da-alianca-do-litio-na-america-latina>. Acesso em 21 de abril de 2022.

minério. Neste cenário, a empresa chinesa *Ganfeng* tem contribuído para essa exploração, já que é responsável pela maior produção e fornecimento de lítio no mundo para a fabricante americana de carros elétricos, *Tesla*.<sup>8</sup>

Assim como na América Latina e o Caribe (ALC), a relação da China com a África tem sido ainda mais intensa. Como afirma Asante (2022), as consequências do crescente envolvimento da China com o continente africano têm propósitos ambíguos. Se é verdade que há sinais positivos no aumento do comércio entre eles, sua sustentabilidade levanta preocupações, porquanto a importação de recursos naturais e exportação de manufaturas favorece a balança de pagamentos chinesa em detrimento dos países africanos e há limitado estímulo à diversificação da produção e transferência tecnológica da China para a África.

Fala-se em neoimperialismo. Segundo o autor, os acordos de tipo 'recursos por infraestrutura' escondem os riscos de destruição ambiental e insustentabilidade econômico-financeira, já que assim como o comércio e os investimentos, os empréstimos aumentaram significativamente nessa parceria.

Progress towards diversification has been slow despite the growing Chinese presence in Africa's manufacturing sector. Many of China's pledges to meet local labor and environmental standards as well as to support export diversification in Africa - mainly through the establishment of SEZs - have yet to be fulfilled. There are also concerns that China's commercial loans may put African countries into a debt crisis someday. Until all these concerns and problems are effectively addressed, the economic partnership between China and Africa will continue to be under question as a tested model of South-South cooperation. (ASANTE, 2022, p. 279)

Além disso, é possível que a CSS sirva de estratégia chinesa para uma nova ordem hegemônica, desta vez com seu predomínio, em vez de uma mudança da ordem:

[...] China is not looking to directly challenge the rules and principles of the NLWO [New Liberal World Order] and the IAS [International Aid System], at least not in the way that Soviet Communism did in the Cold War. Instead, China's influence may be more subtle; constrained by the conceptions of US predominance, China may choose to only promote new ideas, while also openly supporting South-South cooperation (Rafferty, 2011: 40), thus accepting the NLWO and not posing an alternative grand narrative of a new world order. (GILPIN, 2021, p.14)

Contudo, o caso da África perante o modelo de CSS chinesa revela uma oportunidade para negociações mais vantajosas e autônomas no sistema-mundo, contrária à

<sup>8</sup> Mais em <https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/litio-no-mexico-o-debate-da-nacionalizacao/> Acesso em 21 de abril de 2022

marginalização internacional da África. A diversificação de parceria oferecida pela China aos países africanos não apenas tem feito o Norte global repensar a natureza como também o volume de sua AOD. Conforme Gilpin (2021, p.14), “*China’s aid to Africa, therefore, is simply introducing a new understanding of development by enabling African countries the opportunity to pursue alternative development policies as a way to be truly independent and protect their political choices.*” A independização africana (*delink*) das políticas econômicas neoliberais impostas pelo Ocidente é parte da ideia chinesa de que é preciso priorizar o desenvolvimento e presença africana na produção global.

Assim, a industrialização e o desenvolvimento de capacidade nos países parceiros é parte da cooperação integral promovida pela China. Porém não se pode negligenciar que há uma relação assimétrica que precisa ser considerada pelos líderes parceiros, que devem garantir que mais do que a apropriação, princípio da OCDE, o planejamento estatal e visão estratégica de longo prazo. Também, conforme Baiyi (2018), sobre o caso latino-americano aplicável ao africano:

Pese a la ausencia de investigaciones y previsiones sistemáticas, se puede afirmar con seguridad que, con la aceleración de la urbanización, la industrialización y el envejecimiento de China, así como con el aumento de la renta per cápita y el cambio de la composición del consumo, la demanda china por productos del extranjero presentará un importante incremento, de modo que las importaciones chinas de América Latina [e África] no se limitarán a pocas categorías, como productos energéticos, mineros y agrícolas, sino que se extenderán a muchos productos competitivos “hechos en América Latina [e África]”, que conquistarán cuotas considerables en el inmenso mercado chino. (BAIYI, 2018, p. 192 inclusões nossas)

Com base nos postulados de Bandung e princípios de Zhou Enlai, a China adapta a CSS ao novo cenário ao promover no eixo Sul-Sul uma cooperação que associa comércio e investimento e assistência. Para Vadell et al. (2020), tal é a singularidade chinesa na Cooperação Sul-Sul que tem logrado criar uma sinergia atraente para os países do Sul global e consolidado um novo tipo de consenso no regime da CID. Isso, porque ela busca fortalecer os países parceiros economicamente para assumir suas vantagens comparativas no mercado mundial, num processo contínuo de mudança estrutural.

Essa forma chinesa de cooperar tem alterado lenta, mas fundamentalmente os princípios e processos da CSS. Ao resgatar o *espírito de Bandung* numa abordagem de *transformação estrutural*, promove um processo contínuo de mudança estrutural tecnológica, industrial e de infraestrutura dura (*hard*) e leve (*soft*) com vistas ao aumento contínuo e

coletivo da produtividade do trabalho e da renda per capita numa economia (Vadell et al., 2020).

Assim, o lançamento da Nova Rota da Seda como parte da política chinesa de promover o desenvolvimento (interno e externamente) traz inovações para o sistema da CID. Ela recorre a meios típicos do capitalismo (investimento externo direto, comércio e integração de infraestrutura), mas defendendo um Estado forte e o domínio público nas iniciativas. As parcerias público-privadas (PPP), orientadas pelo Estado centralizador e planejador, no sistema socialista podem, inclusive, resultar no longo prazo em novo um paradigma na relação Estado, sociedade e mercado. Para Shoujun e Zheng (2018), essa nova oportunidade para que empresas chinesas possam participar da construção de infraestrutura no Sul global pode se tornar um novo paradigma para CSS, ao permitir superar em larga escala desafio da integração física neste lado do mundo, seja no interior dos continentes (ALC, Ásia e África), seja entre eles. *"Con la intensificación y apoyo a empresas chinas por parte del Gobierno chino y las instituciones financeiras...nuevas oportunidades para la cooperación internacional em infraestructura."* (SHOUJUN e ZHENG, 2018, p. 282).

### ESTADO PLANEJADOR: UMA COOPERAÇÃO SUL-SUL ROBUSTA

Neste sentido, uma política de CSS de natureza estatal pode se tornar um modelo para a governança da CSS, porquanto se mostra mais estável, consistente e integral. O Estado planejador oferece uma vantagem comparativa para a China neste cenário, em relação à alternância dos planos de governo na maioria dos países de regime democrático. Deve-se lembrar, com base no caso latino-americano, que as ondas rosa e azul dos governos progressistas e conservadores respectivamente, impactaram as iniciativas de CSS, desde a priorização até sua interrupção por parte de certos governos em determinadas épocas. *"La trayectoria de la cooperación Sur-Sur para el desarrollo (CSSD) de América Latina presenta altibajos, con ciclos de auge, retracción y estancamiento. Los vaivenes se deben a factores estructurales y de agencia, tales como [...] giros de las políticas de cooperación latinoamericana."* (MALACALZA, 2020, p. 3).

Conforme explica Yuan (2020), a cultura do planejamento a longo prazo chinesa tem base filosófica-cultural confucionista. No caso da CSS não foi diferente, já que os princípios que a orientam foram pensados ainda na segunda metade da década de 1950 quando a ambição chinesa se assentava num planejamento de longo prazo em programas elaborados

para mais de um século, como a meta para o ressurgimento da nação chinesa. "Como señaló Confucio (a.C., 551- a.C., 479 2013, p.) 'si uno no tiene plan a largo plazo, tendrá preocupaciones a la vista', así que hacer plan a largo plazo há sido la costumbre para los sucesores del gobierno chino." (YUAN, 2020, p.92)

## O Estado chinês no socialismo de mercado

A versão chinesa do socialismo tem despertado interesse por tratar-se de um tipo singular que tem no mercado a sustentação de políticas socialistas centradas na figura de um Estado planejador. A partir do Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China de 2011, segundo Paulino (s/n), é possível entender que despeito de o socialismo chinês permitir o surgimento do setor privado, e o país participar dos mecanismos de mercado, o sistema socialista (de mercado) chinês não converge com o sistema capitalista.

Citando Giovanni Arrighi em "Adam Smith in Beijing" (2007), o autor explica que há uma confusão entre os conceitos *economia de mercado, capitalismo e desenvolvimento econômico*. A China mostra que para participar do mercado não é preciso prescindir do desenvolvimento econômico do país e de praticar uma economia de mercado em busca de lucro, desde que este seja direcionado às políticas de orientação socialista. Por não possuir uma classe socioeconômica no poder que se identifica com o Estado (a elite econômica nacional ou global do capitalismo) e por sustentar o princípio de igual acesso à terra para produção de mercado e de subsistência, a China contemporânea lança mão do planejamento assentado no interesse público e com fins sociais para avançar em direção não-capitalista.

Em que pese a emergência de uma próspera classe empresarial, o poder político na China permanece firme nas mãos do Partido Comunista Chinês e os setores chave da economia chinesa permanecem como propriedade estatal. Com a política de reforma e abertura iniciada em 1978, aprofundada com a implantação da estratégia de "economia socialista de mercado", a partir de 1992, o Partido Comunista Chinês conseguiu conduzir a transição da economia chinesa para uma economia de mercado sob o seu comando político. Manteve, assim, as características essenciais do modelo político implantado na revolução de 1949, baseado na propriedade pública dos meios de produção e no controle do Estado sobre a estratégia de desenvolvimento. (PAULINO, s/n)

Nesse sentido, o Estado no socialismo de mercado a partir do caso chinês ganha papel central nas políticas públicas. Daí o conceito que tem sido frequentemente utilizado para descrevê-lo: o Estado planejador. Para Nogueira (2022), ao comentar o singular caso chinês

apresentado por Maringoni em “A Volta do Estado Planejador: neoliberalismo em xeque”, o projeto autônomo de desenvolvimento nacional liderado pelo PPCh conta com um Estado planejador, regulador, provedor, investidor, empreendedor e vigilante como resultado histórico das lutas de classes e anti-imperialistas marcadas pelo nacionalismo. Sendo assim, estão intimamente ligados ao Estado planejador tanto as políticas de desenvolvimento, e seus planos quinquenais e setoriais, quanto os objetivos nacionalistas, com suas políticas estatais e direção centralizada.

Numa trajetória contínua e ascendente, o Estado exerce sua função junto ao desenvolvimento chinês em distintas fases: na década de 1980, ele rompe com a heterogeneidade estrutural ao promover a industrialização massiva no meio rural de forma descentralizada, efetivamente nacional e a partir da base da pirâmide social; nos anos 1990, ele disciplina o Investimento Externo Direto (IED) e posiciona as empresas estatais contra uma economia de enclave e em vista do desenvolvimento de capacidade tecnológica interna por meio de parcerias com países centrais<sup>9</sup> - as empresas estatais de larga escala em setores estratégicos e os bancos estatais determinam a forma e o ritmo da acumulação e inovação tecnológica com base na propriedade pública; nos anos 2000, ele internaliza o crescimento econômico por meio do investimento público, pois surge o Estado investidor em infraestrutura garantindo a elevação da capacidade produtiva da economia e a expansão do desenvolvimento em todo o território chinês – eis o Estado de Bem-Estar social de cunho produtivista<sup>10</sup>; e nos anos 2010, ele promove uma mudança estrutural via inovação, o Estado empreendedor que consolidou um sistema nacional de inovação com investimentos massivos em setores estratégicos da atual revolução tecnológica conectados aos planos nacionais de desenvolvimento – tudo feito em nome da harmonia social, do aumento da confiabilidade dos espaços públicos e com baixa oposição da sociedade civil. (Nogueira, 2022)

<sup>9</sup> Mais especificamente, o Estado disciplinou o IED via obrigação para ter parceiro local (via formação de *jointventure* com empresa estatal chinesa), acordos de transferência de tecnologia, regras de conteúdo local, definição geográfica da localização das fábricas e quotas para exportação e geração de empregos.

<sup>10</sup> O Estado de Bem-Estar produtivista na China está relacionado à estratificação da proteção social a partir dos diferentes registros de moradia e posições no mercado de trabalho; em vez da universalidade e gratuidade que o caracteriza nos países social-democratas, na China a origem normativa do contrato social é confucionista, ou seja, há um mínimo de provimento e proteção social para garantir a harmonia, mas ele convive com segmentações geradas pelo poder aquisitivo dos trabalhadores (Nogueira, 2022).

Também, segundo Jabbour e Gabriele (2021) e sua “China: o socialismo do século XXI”, essa formação econômico-social de base socialista possui no planejamento central (desde 1949) como o primeiro experimento bem-sucedido de economia socialista de mercado do mundo. A experiência chinesa é uma combinação única de fatores históricos, indissociável de um conjunto de fatores nacionais, em que se destaca o desenvolvimento de forças produtivas domésticas articulado às redes de financiamento e comércio globais. Essas lições do caso chinês servem para a atualização e aperfeiçoamento do socialismo tradicional de estilo soviético ou da social-democracia capitalista, que não podem mais ser recuperados e se tornaram insustentáveis.

### A política estatal chinesa para a Cooperação Sul-Sul

Na cooperação internacional, a figura do Estado no socialismo de mercado contribui para um planejamento estatal estratégico. Segundo Baiyi (2018), entre os desafios para que se alcance uma cooperação entre China e América Latina está a carência, nesta última, de continuidade e planejamento estratégico político e a dificuldade de se alcançar consenso na administração pública entre os principais grupos de interesse. Ambos são, respectivamente, inerentes ao regime democrático e sua alternância de governo, e ao sistema capitalista em sua fase neoliberal, e sua terceirização/privatização de setores e empresas estratégicas para o desenvolvimento econômico nacional. O autor explica:

En el fondo, la admiración generalizada del individualismo entre las naciones latinoamericanas conforma una base sicológica del fenómeno recién tratado, mientras que la compleja estructura social de intereses, sumada al populismo como caldo de cultivo mental, agrava la descentralización y fragmentación de la administración pública. En consecuencia, se debilita la capacidad unificadora y organizadora de la política nacional, lo cual, a su vez, hace difícil alcanzar consensos y consonancia con respecto a la necesidad de una planificación estratégica estatal (BAIYI, 2018, p. 203).

Uma das marcas da governança *fragmentada* que caracteriza a atual Cooperação Sul-Sul é o fato de ela estar muito vinculada e dependente da política externa dos países do Sul, oscilando entre maior alinhamento ao Norte global e diversificação de parcerias no Sul global.

No caso da China, sua característica marcante no cenário da Cooperação Sul-Sul é a estabilidade de suas estratégias e a prioridade que as relações no eixo Sul-Sul possuem na política externa daquele país. A constância dessa agenda nas políticas do Estado chinês pode

ser notada desde a fundação da revolução socialista até o Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China, alinhado ao Estado empreendedor comentado. Para Paulino (s/n), um dos aspectos que chama atenção neste documento é o de que a China continua sendo um país em desenvolvimento, cuja renda per capita é menos da metade da brasileira, e tem sido ativa na cooperação com outros países pobres socializando seus avanços sociais e econômicos - mais de 400 milhões de pessoas da pobreza. Daí sua identificação com o Sul global.

Yuan (2020) propõe entender o pragmatismo chinês na Cooperação Sul-Sul a partir de três fases num processo contínuo de amadurecimento e consolidação que vão desembocar na NRS. Por meio do gene histórico (confuciano) e de elementos modernos (interpretação do PCCh), pode-se reconhecer: na primeira fase, a busca do conhecimento internacional e o estabelecimento dos princípios da CSS; na segunda fase, o desenvolvimento econômico (conecta ao mercado global) e a estratégia de baixo perfil em termos de projeção internacional; na terceira fase, está o grande renascimento da nação chinesa como país responsável no sistema e sua sociedade internacional.

O período de Mao Zedong (1949-1976), assim, está marcado pela busca de reconhecimento internacional do Estado socialista, pela proposta de coexistência pacífica entre os países em desenvolvimento fora do eixo Estados Unidos e União Soviética da Guerra Fria – daí a expressão Terceiro Mundo - e pelos cinco princípios propostos por Zhou Enlai (1954). Estes lançam entre outros os princípios do benefício mútuo e da igualdade entre países como centrais, que irá nortear a CSS chinesa até o presente, tendo tido também forte influência no estabelecimento dos princípios da CSS pactuados na Conferência Afro-asiática de Bandung (1955).

Vale ressaltar que neste período o pragmatismo maoísta prevalece sobre a luta ideológica na política (exterior) chinesa. Mao lança tanto a ideia de zona intermediária na Guerra Fria - tomava em conta a ideia de poder, e não de ideologia ou classe social dos países - quanto de autodeterminação dos povos. Nesta fase, a China decide priorizar os interesses da nação chinesa em detrimento da luta ideológica, então, consegue os votos decisivos de 26 países africanos para se tornar a única representante do Sul global na Organizações das Nações Unidas, excluindo Taiwan em 1971. Também retoma as relações diplomáticas com os Estados Unidos a partir de 1979, adaptando as estratégias chinesas ao contexto internacional em vista da política de desenvolvimento interno. *"En concreto, si bien en la primera fase de desarrollo, el objetivo de la CSS era obtener el reconocimiento internacional del país, dejando de*

*lado a Taiwán, los instrumentos que se usaron fueron distintos en cada etapa y la política de la CSS cada vez se volvió más pragmática.*" (YUAN, 2020, p.91).<sup>11</sup>

O período seguinte está relacionado à Deng Xiaoping (1978-2012) que buscou o desenvolvimento econômico por meio de uma estratégia de baixo perfil, concentrando-se em reformas e abertura ao exterior. Isto tornou-se possível por uma 'nova revolução social' proclamada por Deng com base num enorme e complexo projeto de renovação industrial, técnico, militar e educacional (VIEIRA, 2015).

A transformação da economia planejada em uma economia de mercado, assentada no processo de modernizações paralelas da agricultura, indústria, defesa nacional e tecnologia científica, determinava uma política externa de não alinhamento a nenhum país, mas de busca pela paz e o desenvolvimento endógeno. Essa estratégia de baixo perfil foi uma forma de enfrentar o imperialismo norte-americano, o que convertia o mercado em setor importante para a CSS chinesa.

[...] El rol de los órganos de la ayuda al exterior china experimentó un cambio, ya que pasó de una autoridad ejecutiva competente a un coordinador y administrador de las actividades en el mercado, todo esto con el fin de descentralizar los órganos pertinentes a las entidades contratantes, cuyos intereses económicos se consideraban prioritarios sobre los políticos. (YUAN, 2020, p. 93)

A terceira etapa da CSS assiste ao renascimento chinês que é traduzido pelo atual mandatário chinês, Xi Jinping (desde 2013), na política de um país responsável perante a governança global das agendas coletivas que promove ambientes pacíficos propícios para a cooperação. A inserção internacional chinesa, assim, no início deste novo século seria marcada pelo aumento da sua presença no sistema internacional, seja em parcerias com o *hegemon* Estados Unidos, nos organismos internacionais seja no impulso dado à CSS. Esta seria considerada uma rede atraente para parcerias com benefícios mútuos.

Assim, mais do que um parceiro de comércio e de investimento, a China se apresenta como um grande ator na cena internacional. Com a política do *go global* e da NRS, a China lança como objetivo a narrativa da nova ordem mundial que não apenas se resuma à

---

<sup>11</sup> A China é membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 1971, sendo que entre 1971-2006 assume uma presença mais discreta entre os membros permanentes, e de 2007 em diante, desempenha um papel mais ativo na política internacional, como resultado da sua percepção da geopolítica mundial e de seu objetivo de reconfigurar a ordem mundial (VALENTE; ALBUQUERQUE, 2015).

dimensão econômica, mas enfoque a integração por meio de interlocuções entre os países, da solução para o déficit de infraestruturas e comunicação.

[...] en la época de Mao fue conseguir reconocimientos de la sociedad internacional; en la época de Deng fue satisfacer las demandas básicas de vida del Pueblo; y hoy en la época de Xi Jinping es lograr la dignidad nacional con la realización de los "dos objetivos centenarios" – construir una sociedad modestamente acomodada para el año 2021, centenario de la fundación del PCC, y convertir a China en un gran país socialista y moderno para el año 2049, cuando se cumple un centenario del establecimiento de la RPC. (YUAN, 2020, p.95)

Um traço distintivo da diplomacia chinesa desde Xi Jinping é o diálogo entre a China e seus parceiros do Sul global. A construção da imagem da China perante o mundo tem sido formulada em torno do conceito de *comunidade de destino compartilhado* que, segundo Cunhai (2018), se trata de uma *diplomacia pública* com foco no conhecimento e entendimento mútuo e no intercâmbio e aprendizado cultural sobre o outro.

Conforme Shoujun e Zheng (2018), está em marcha também uma *diplomacia econômica*. Presente na estratégia de internacionalização do país, a política exterior chinesa, assim, visa colaborar para a integração de capacidades produtivas entre os países, que se manifesta em cinco aspectos: 1) fortalecimento da estrutura industrial nacional via transferência de capacidade produtiva; 2) melhoria da gestão transnacional das empresas chinesas que buscam oportunidades de novos investimentos, reduzindo sua dependência do mercado interno; 3) diversificação de mercados para a aquisição de energia e recursos; 4) internacionalização da moeda chinesa; e 5) influência internacional do país aumentando seu poder brando por meio de uma economia exitosa e atraente.

Neste sentido, o período posterior a 2013, segundo Kuhn (2015) é caracterizado por uma inflexão, já que a China passa de uma postura reativa para outra ativa nas relações internacionais, o que altera a tendência geopolítica global neste século XXI. Além da força econômica e militar, o país se conscientiza que é importante investir esforços nos aspectos morais e éticos, por isso defende a justiça social e o bem-estar coletivo, além de cultivar a esperança, amizade e o senso de justiça nas suas parcerias de cooperação.

For China to fulfill its potential as a global leader, it must gain the world's respect for its principles and philosophies, not only for its economy and military. This involves appreciation for China's self-determined "road of development" and for its political system, particularly the perpetual leadership of the ruling party. (KUHN, 2015, s/n)

Assim, a política estatal de CSS chinesa, de desenvolvimento pacífico da China e de promoção de um mundo harmônico, conforme Vieira (2015), pode ser explicada pela visão de

que é preciso ascender sem assumir práticas de dominação (colonização, expansão, invasão). A imagem de um país favorável ao multilateralismo, à cooperação, ao desenvolvimento e à prosperidade comum, além do respeito à escolha dos países sobre suas políticas nacionais é uma constante nesta política<sup>12</sup>. Essas estratégias de inserção internacional e cooperação no eixo Sul-Sul chinesas estão ancoradas nos princípios de Zhou Enlai e no socialismo de mercado chinês.

## SOCIALISMO DE MERCADO: UMA COOPERAÇÃO SUL-SUL PLURAL E SOCIAL

Então, o socialismo de mercado está associado à figura do Estado planejador e à possibilidade que possui de apresentar uma política estatal robusta para amparar iniciativas de cooperação no eixo Sul-Sul. Além disso, ele oferece contribuições relacionadas aos princípios do sistema socialista para o desenvolvimento dos povos e países no seio do sistema-mundo. Em especial, destacamos a natureza plural e social da política de CSS chinesa como contribuição deste sistema político-econômico para a atual governança global fragmentada da CSS.

Para tanto, é importante ir além do nível macroeconômico e político para analisar o socialismo como uma formação que é política e, também, social. Para Jabbour e Gabriele (2021), por exemplo, o socialismo de mercado chinês é um tipo de formação econômica e social que não diz respeito somente ao modo de produção, mas também ao comportamento econômico dos indivíduos - processos controlados e automáticos que operam tanto a cognição quanto o afeto. Portanto, enquanto o capitalismo liberal ocidental por muito buscou no *homo economicus* explicação para a evolução das sociedades, que valorizavam o individualismo, utilitarismo e capitalismo, o socialismo – de estilo soviético com planejamento central, como é o caso de Cuba – e o socialismo de mercado – com economias planificadas de orientação socialista de mercado, como a China, o Vietnã e Laos – suscitam uma economia política com outras bases científicas.

<sup>12</sup> O Livro Branco sobre o “Caminho de Desenvolvimento Pacífico da China” de 2005 define a forma como o país promoveria seu desenvolvimento de forma pacífica por meio do capital, tecnologia e recursos advindos com a inserção no sistema econômico globalizado, sem rupturas com a ordem internacional. Posteriormente, o Livro Branco sobre o “Desenvolvimento Pacífico da China” de 2011 estabelece como objetivo manter a paz mundial e promover o desenvolvimento comum por meio da cooperação e a igualdade entre os Estados e o fortalecimento da ONU (Vieira, 2015).

Numa base filosófica, a China oferece a oportunidade para repensar a cooperação no sistema socialista. Os projetos nacionais e a formação econômica-social não partem da ideia do indivíduo egoísta, mas de valores morais de justiça e equidade entre os indivíduos e na tomada de decisão do Estado chinês. Então, a cooperação é algo que se aproxima mais do sistema socialista.

Em um alto grau de abstração, o princípio do egoísmo pode ser associado ao capitalismo e o da cooperação ao socialismo. [...] Como tal, o princípio da cooperação não pode deixar de condicionar também as sociedades humanas ligadas à natureza. Ele tende a ser incorporado de maneira desigual aos valores, instituições e relações de produção e troca de diferentes sociedades, e tem um impacto crucial em suas trajetórias históricas e em sua sustentabilidade final. (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 63)

Entre as contribuições chinesas para a governança global da CSS estão a prática e narrativa de socialização do desenvolvimento e de afirmação do pluriversalismo nas suas relações internacionais. À defesa da autonomia (autodeterminação dos povos) e da igualdade (racial e das nações), soma-se o peso da economia chinesa na ordem política e econômica mundial, resultando na grande importância que a China assume para a CSS neste cenário pós-PABA+40 de crise identitária e de premente reflexão.

Diante da inexistência de um conceito acordado pelo Sul global para a CSS e de marcos avaliativos comuns, o socialismo de mercado chinês oferece oportunidade para repensar na prática as normas e instituições desse cenário político e internacional. Considerando a CSS a partir de três componentes: a solidariedade como princípio; a horizontalidade como meio para que ela se manifeste; e o bem-estar social como objetivo (Caixeta e Santos, 2022), defendemos que é preciso resgatar o *espírito de Bandung*, sem prescindir do Sul global, uma *identidade na política* (Caixeta e Menezes, 2021). Neste contexto é que tratamos do socialismo de mercado chinês como possível contribuição para repensar a CSS, que é sobretudo uma questão principiológica para alinhar o ideário do socialismo com aquele de Sul global.

## A socialização do desenvolvimento

Interessante observar que a China traz explicitamente o fim da dominação ideológica e cultural ocidental na política internacional. Conforme o Livro Branco da política Externa chinesa de 2011 é preciso “fazer a sociedade humana mais harmoniosa e o mundo mais

colorido" (PAULINO, s/a). Com isso, a China tem defendido novos modelos de desenvolvimento, que promova a harmonia do homem com a natureza, demonstre atenção ao meio ambiente (e ao fenômeno das mudanças climáticas), surpreendendo a opinião pública global. Diferentemente dos EUA que estabeleceu metas ousadas durante o governo Barack Obama em 2014 e posteriormente se retirou do Acordo de Paris com a eleição de Donald Trump, a China sustenta seu discurso e investimentos rumo à redução da matriz energética fóssil.

Para Kuhn (2015), a ascensão chinesa na ordem mundial está associada a um tipo de diplomacia ativa e engajada em conquistar o respeito mundial com base em princípios e filosofias que vão além da busca por poder econômico e militar. Aí se localiza a narrativa chinesa pelo desenvolvimento compartilhado que pode ser entendido também como uma socialização do desenvolvimento. Isso implica mostrar para o mundo sua autonomia e sucesso em promover o desenvolvimento nacional a partir do sistema socialista de partido único. "*In today's world, the real conflict is not between opposing political systems but rather between the forces of modernity, competence and development on the one hand, and those of ignorance, exploitation and oppression on the other.*" (KUHN, 2015).

A Nova Rota da Seda, os BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) de que fazem parte a China, marcam um período de relações Sul-Sul motivadas por novos meios e mecanismos de cooperação e desenvolvimento. Nesse Sul global, alternativo às alianças, espaços e processos instituídos pelo Norte global, a China ensaia novas parcerias e mecanismos de cooperação integral.

Os objetivos chineses na articulação entre os dois projetos [NRS e BRICS], um de caráter majoritariamente econômico e o outro majoritariamente político, indica uma iniciativa chinesa de projeção coordenada, do seu próprio território a outros, em forma de raios de ação e alcance. (NASCIMENTO; MAYNETTO, 2019, p.137)

Vista como um grande ator deste cenário, a China garante presença em distintas organizações internacionais, difundindo e fortalecendo seu modelo de desenvolvimento de base socialista de mercado. Este é o caso da direção-geral da Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>13</sup> e da direção de programas e operações do

---

<sup>13</sup> Após José Graziano da Silva (2011-2019) que se notabilizou com a internacionalização do programa brasileiro Fome Zero na cena internacional, assume Qu Dongyu, ex-vice-ministro da agricultura e assuntos rurais da

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)<sup>14</sup>. Em função de um planejamento contínuo, abrangente e de longo prazo, a China expande seu modelo de desenvolvimento para o mundo, que é especialmente atraente no Sul global.

### O pluriversalismo na Cooperação Internacional (Sul-Sul)

Frequentemente o Sul global tem sido entendido pela sua natureza plural. Dessa forma, tem-se no pluriversalismo o meio de compensar o antigo *modus operandi* e empreender algo novo no sistema internacional, pois ele permite a coexistência de formas plurais, contra a imposição do universalismo dominante. Conforme Waisbich *et al.* (2021), a noção de polifonia apoia o conceito de Sul global ao incorporar a pluralidade, que é a existência de diferentes abordagens ou identidades, enfocando a forma de os diferentes contribuírem para um fenômeno maior, como é o caso da emergência do Sul global na cena internacional e na prática da CSS. De maneira geral, “*Polyphonies consist of and make space for a multitude of stories [always plural].*” (p.6)

Tratamos do pluraliversalismo como uma tendência imbuída da valorização da diversidade - a autonomia dos entes ou coexistência dos diferentes – e da defesa da pluriversalidade. Esta se opõe ao universalismo da política colonial europeia e universalismo abstrato epistêmico que caracteriza a tradição filosófica ocidental moderna. Grosfoguel (2008) sugere a pluri-versalidade contra a uni-versalidade para a construção de um sistema de pensamento (e de uma prática política) decolonial e transmoderno “*Cualquier cosmopolitismo o propuesta global que se construya a partir del universalismo abstracto de segundo tipo, es decir del epistemológico, de la egopolítica del conocimiento, no escaparía de ser un diseño global imperial/colonial.*” (p. 208) As iniciativas de descolonização, portanto, devem estar baseadas em relações horizontais de igualdade entre culturas e povos e transcender a diferença colonial e a polarização dessas identidades (ocidente *versus* oriente; centro *versus* periferia; Norte global *versus* Sul global), promovendo mundos alternativos. Isso é o que

---

China, cuja visão é a de promover a Cooperação Sul Sul e dar prioridade à África. Mais informações disponíveis em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1677591> Acesso em 02/04/2022.

<sup>14</sup> Xiaojun Grace Wang tem se destacado no segundo cargo mais importante do UNOSSC no momento de grande projeção da CSS na cena internacional, especialmente tendo trabalhado na organização da II Conferência da ONU para a CSS conhecida como PABA+40, em março de 2019 em Buenos Aires.

Guerrero Arias (2010, p.502) afirmou: “[...] *lo que desestructura el sentido homoneizante del poder, para abrirnos a una mirada distinta de la diversidade y la diferencia y empezar a mirar sus dimensiones políticas insurgentes.*”

Ainda, com base em Hui (2020), poder-se-ia defender o pluriversalismo na CSS encetado pela China por meio do conceito de cosmotécnica – definida como a união do cosmos e da moral por meio de atividades técnicas que dependem da cultura e das dinâmicas para a criação e ação. A China oferece um contraponto ao paradigma vigente da universalidade tecnológica pela sua tradição filosófica, presente no cotidiano da sociedade chinesa. “Sugiro a fragmentação [...] essencial a todos os projetos de diversificação [...] significa, antes de tudo, desprender-se da convergência e da sincronização impostas pela tecnologia moderna, permitindo ao pensamento a divergência e a diferenciação” (p.132). Assim, convive-se com as diferentes concepções particulares (valores, epistemologias e formas de existência), valorizando a localidade, que é aquela capaz de levar os povos e nações a pensarem a modernização e globalização a partir de suas próprias realidades e futuros tecnológicos.

Na política externa chinesa, o pluriversalismo está presente implicitamente nas iniciativas da CSS. Conforme afirma Yuan (2020, p.99), o mundo ocidental pensa que a democracia liberal é o fim da História, enquanto a China acredita que cada país, baseado em suas próprias condições e circunstâncias pode encontrar uma forma adequada para o desenvolvimento. Isso está implícito também na ideia chinesa de que, apesar de que as experiências exitosas poderem ser aprendidas, não há um modelo a ser seguido, copiado pelas nações.

La CSS de China se basa en la filosofía de una cultura abierta e incluyente que pretende buscar ‘la unidad en la diversidad’ y desea que ‘aquellos que quieran desarrollarse procuren ayudar a que otros se desarrolle’. Es así que el país asiático no promueve ni el racismo ni el sistema de tributo.” (YUAN, 2020, p.99)

O sistema socialista parece mais adaptado ao princípio do pluriversalismo do que o capitalismo. O pluralismo socialista de Proudhon deposita na multiplicidade dos agrupamentos sociais, unidos entre si por vínculo federativo, o segredo da emancipação humana e, por isso, defende o direito social sobre o direito do Estado, valorizando as formas de associação funcional na sociedade nacional para coordenar e não dominar os indivíduos (Bobbio, 2010, p.930 - verbete ‘Pluralismo’). No pluralismo se assenta o pluriversalismo que,

na cena internacional, poderia ser trazido pela ideia de que as nações e países se relacionam horizontal e não verticalmente.

### 3.3 O socialismo de mercado e a Cooperação Sul-Sul

Neste sentido, poderíamos entender, a partir do estudo da CSS chinesa, o socialismo de mercado como um avanço da CSS em relação às políticas de países sob o sistema capitalista. No socialismo, a cooperação é um valor social, sendo que o pluralismo e a socialização (desenvolvimento comum) integram as concepções políticas de governo. Assim, elas se alinham aos princípios da autodeterminação e igualdade dos países, povos e raças, além da reciprocidade/solidariedade entre eles, como previsto na Conferência de Bandung que lançou a CSS.

Assim, a partir do caso chinês propomos alguns elementos-chave para entender os sistemas político-econômicos (capitalismo, socialismo e comunismo/comunitarismo) e sua influência na CSS, a saber: os *valores* que orientam os sistemas político-econômico e a formação econômico-social, o tipo de *interação social* que informa o interesse predominante, os *agentes* tomadores de decisão, a *relação Estado-sociedade-mercado* e seu regime de propriedade vigente, a natureza das políticas públicas que orientam e estabelecem as atividades de cooperação e a visão sobre o sistema-mundo e sua *relações internacionais*.

No quadro abaixo, sistematizamos esse *continuum* assumindo uma perspectiva comparativa que é meramente propositiva para abrir uma agenda de pesquisas futuras.

Quadro 1: Elementos do Sistema Político-Econômico na Cooperação Sul-Sul

| Elementos e/do Sistema político e econômico na CSS | CSS no sistema capitalista                                    | CSS no sistema socialista (de mercado)                      | CSS no sistema comunista-comunitarista |
|--|---|---|--|
| Valor sistemico-social                             | Competição  | Cooperação  | Cooperação - socialização              |
| Interações sociais                                 | Interesse privado   | Interesse público   | Interesse comum                        |
| Agência & decisão                                  | Elite econômica que instrumentaliza o Estado                  | Elite política que se forma parte do Estado (partido único) | Líderes sociais ou comunitários        |
| Relação Estado & sociedade & mercado               | Parceria do setor público com o privado (propriedade privada) | Regulação da atuação do setor privado (propriedade pública) | Ausência do Estado (propriedade comum) |

|                                   |   |   |   |
|-----------------------------------|---|---|---|
| Políticas públicas                | Planos de governo eleitos por um período (regime democrático) | Planos de governo contínuos e longevos (quinquenais) – política de Estado | Planos organizacionais e/ou das comunidades |
| Sistema e Relações Internacionais | Dominação do centro sobre a periferia                         | Multipolaridade no sistema de Estados                                     | Pluriversalismo entre grupos sociais        |

Fonte: elaboração nossa

Como critérios analíticos, os elementos-chave acima pretendem orientar pesquisas empíricas dedicadas tanto as políticas de CSS dos países quanto as iniciativas de CSS, sejam elas nacionais, descentralizadas para entes estatais subnacionais ou, ainda, entre atores sociais, sem a presença estatal. Com isso, assumimos que é preciso uma concepção mais abrangente sobre a CSS, que permita pensar o sistema comunista-comunitarista entre as organizações da sociedade civil, que são capacitadas para estabelecer relações cooperativas no eixo Sul-Sul com o fim de promover o bem-estar social e o desenvolvimento nacional.

Há uma miríade de práticas de CSS nesse *continuum* dos sistemas político-econômico que merecem ser estudadas para que se possa repensar a governança neste pós-PABA+40. Diante da atual crise identitária, em que a CSS tem sido um mecanismo complementar à cooperação tradicional da OCDE e, portanto, fadada a alinhar-se aos marcos avaliativos da *efetividade da ajuda ou do desenvolvimento*, torna-se ainda mais relevante reconhecer as possibilidades alternativas. Neste contexto, pode-se identificar a CSS promovida pelos países do Sul global capitalistas, que tanto podem basear-se em planos de governo e políticas liberais (hegemônicas) quanto em políticas alternativas (contra hegemônicas) – o caso do Brasil e da Argentina na agricultura familiar (Caixeta e Morasso, 2021). Também, a CSS no sistema socialista pode assumir tanto a direção de promoção dos direitos sociais, como é o caso de Cuba e sua diplomacia médica (Caixeta, 2017), quanto de um planejamento estatal integral, como demonstrado pela China e sua NRS. Por último, pode-se reconhecer uma CSS no sistema comunista em que os grupos sociais estabelecem parcerias com suas homólogas em outros países, como é o caso da Brigada Dessalines criada pela Via Campesina e liderada pelo Movimento Sem-Terra (MST) brasileiro no Haiti pós-terremoto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China conquistou um crescimento econômico notável e posição central no atual cenário político internacional, daí sua grande influência na governança da Cooperação Sul-Sul. Ele coloca em evidência, a nosso ver, a importância de reconhecer tanto a contribuição de um Estado planejador para a condução do desenvolvimento nacional e bem-estar social nos países, quanto o alinhamento dos princípios do sistema socialista na realização do interesse público com os princípios que lançaram a CSS desde Bandung em 1955. Isso nos permite afirmar que a China oferece grande potencial para resgatar o espírito do Sul global anti/decolonial, pluriversal e solidário.

No momento em que a CSS enfrenta sérias dificuldades em manifestar sua natureza distintiva no atual SCID e corre o risco de ser cooptada por iniciativas como a Parceria Global para a Efetividade da Cooperação para o Desenvolvimento (GPEDC) e reduzida à mensuração dos recursos (públicos e privados) mobilizados em favor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – o TOSSD, *Total Official Support for Sustainable Development* -, a proposta chinesa de uma cooperação integral (investimento-comércio-assistência) oferece relevantes reflexões. Isso, porque a CSS reivindica novos critérios analíticos para abordar sua efetividade não apenas para a Agenda 2030, mas sobretudo para a emergência de uma nova ordem internacional e de paradigmas alternativos ao sistema de acumulação de capital.

Nesse sentido, uma agenda de pesquisa que permita investigar empiricamente a prática da CSS por meio de distintas políticas, parcerias e iniciativas manifestadas ao longo do *continuum* dos sistemas político-econômicos, conforme sugerimos nesta discussão, torna-se bastante oportuna.

Como todo sistema político e econômico tem por base determinada sociedade e cultura, sempre é preciso ter em conta que não há um modelo a ser seguido e sim lições a serem apreendidas no tocante à cooperação internacional e ao desenvolvimento. Assim, para melhor compreender a contribuição do sistema socialista chinês e seu singular socialismo de mercado para a governança global da CSS, necessário se faz conhecer a base filosófica confucionista que explica a formação político, econômica e social do Estado planejador chinês.

## REFERÊNCIAS

- ASANTE, Richard. China and Africa: Model of South-South Cooperation? *China Quarterly of International Strategic Studies*, Vol. 4, No. 2, p. 259-279 DOI: 10.1142/S2377740018500124
- BAIYI, Wu. Articulación de Estrategias de Desarrollo entre China y América Latina desde la perspectiva de la globalización y la Franja y la Ruta. In: BAIYI, Wu (ed.) Pensamiento social chino sobre América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018 p. 181-216.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, 2010 13 ed.
- CAIXETA, Marina B. Cooperação (Técnica) Sul-Sul e o giro decolonial: a estruturação nas experiências do Brasil e da Argentina no século XXI. [Tese de Doutorado] Universidade de Brasília – Departamento de Estudos Latino-americanos, Brasília, 2021, 321 p.
- CAIXETA, Marina B.; MENEZES, Roberto G. Desafios atuais para a Cooperação Sul-Sul: as desigualdades e o Sul global. *Monções*, Dourados-MS, vol.10, n. 20, jul./dez. 2021, p. 486-518.
- CAIXETA, Marina B.; MORASSO, Carla M. Potencialidades e limites da Cooperação Sul-Sul no plano contrahegemônico: O caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 2, 2021 p. 163-183.
- CAIXETA, Marina B. Cuba e a Cooperação Sul-Sul: contribuições de um regime socialista à CID? Rev.Conj. Aust., Porto Alegre, vol. 8 n. 43 p.24-38 ago-set/ 2017. ISSN: 2178-8839.
- CAIXETA, Marina B. e SANTOS, Ma. Do Carmo R. Decolonizing South-South Cooperation: an analytical framework on post-development and the Common. In: DUARTE, Fernando D.M. e VALLE, Victor A.S. (eds.) Decolonizing Politics and Theories from the Abya Yala. Bristol: E-International Relations Publishing, 2022 p. 28-49
- CUNHAI, Guo. La construcción de la Imagen de China en América Latina em el siglo XXI. In: BAIYI, Wu (ed.) Pensamiento social chino sobre América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018 p. 291-314.
- ESTEVES, Paulo e KLINGEBIEL, Stephan. Diffusion, Fusion, and Confusion: Development Cooperation in a Multiplex World Order. In: CHATURVEDI, Sachin et al., (eds.) The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021 p. 185-216.
- GILPIN, Shaquille I. China, Africa and the International Aid System: a Challenge to (the Norms Underpinning) the Neoliberal World Order? *Journal of Asian and African Studies*. DOI: <https://doi.org/10.1177/00219096211063804>
- GONZALO, Manuel; SLY, María J. H. Emergencia del 5G en el Sur Global: India y Brasil entre Estados Unidos de América y China. *OASIS*, n. 35, p. 255-277. DOI: <https://doi.org/10.18601/16577558.n35.13>
- GROSFOGUEL, Ramon. Para un pluri-versalismo transmoderno decolonial. *Tabula Rasa*. Bogotá-Colombia, n.9 p. 199-215, julio-diciembre 2008. ISSN 1794-2489

GUERRERO ARIAS, P. Corazonar: una antropología comprometida con la vida – Miradas otras desde Abya-Yala para la decolonización del poder, del saber y del ser. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2010.

GUIMARAES, João V. Impactos da Nova Rota da Seda para o Desenvolvimento da Periferia: o caso do Paquistão. VII Encontro da ABRI, julho de 2019.

HAIBIN, Niu. La mejora de la cooperación general con América Latina y el Caribe. In: BAIYI, Wu (ed.) Pensamiento social chino sobre América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018 p. 217-238.

HUI, Yuk. Tecnodiversidade. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JABBOUR, Elias. China: O socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

KUHN, Robert Lawrence. Xi's grand vision for new diplomacy, 2015. Disponível em: [http://www.chinadaily.com.cn/kindle/2015-01/12/content\\_19294572.htm](http://www.chinadaily.com.cn/kindle/2015-01/12/content_19294572.htm) Acesso em abril de 2022.

LINGGUI, Wang. China's Major Country Diplomacy (Preface) In: LINGGUI, Wang (Org.) China's Major Country Diplomacy: Chinese Characteristics, Connotations, and Paths. Singapore: World Scientific Pub, 2021.

MALACALZA, Bernabé. Variaciones de las políticas de cooperación Sur-Sur en América Latina: estudos de casos. Documentos de Trabajo n. 32/2020. Fundación Carolina, 2020.

NASCIMENTO, Lucas do N.; MAYNETTO, Monica E.B. One Belt, One Road: a iniciativa chinesa de infraestrutura e a sua repercção no BRICS. BJIR, Marília, vol. 8 n. 1, p. 117-141.jan./abril 2019. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2019.v8n1.07.p117>

NOGARA, Tiago S. Crítica ao conceito de subimperialismo: a dimensão sul-americana da política externa brasileira e as limitações das análises dependentistas. Monções, Dourados, v.9. n.17, jan./jun, 2020. DOI: 10.30612/rmufgd.v9i17.10229

NOGUEIRA, Isabela. Estado planejador: o singular caso chinês. Outras Palavras, publicado em 15/02/2022. Disponível em:

PAULINO, Luís Antônio. Desafios atuais para a política externa da China: uma reflexão sobre o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China. [s/a] Disponível em: <http://ciecs-conicet.gob.ar/asialatinoamerica/textos/1-Conferencia%20Paulino.htm> Acesso em 22 de abril de 2022.

SENNA, Juliana R. de Sentido da Cooperação. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, 2016.

SHOUJUN, Cui e ZHENG, Zhang. China y la Infraestructura em América Latina desde la perspectiva de la diplomacia económica. In: BAIYI, Wu (ed.) Pensamiento social chino sobre América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018 p.261-289.

SVAMPA, Maristella e SLIPAK, Ariel M. China em América Latina: del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. *Revista Ensamblés*, n. 3, año 2, primavera 2015 [Dossier] p. 34-63 ISSN 2422-5541

TIMOSSI (2015) disponível em <https://www.southcentre.int/question/revisiting-the-1955-bandung-asian-african-conference-and-its-legacy/>

VADELL, Javier. China in Latin America: South-South Cooperation with Chinese Characteristics. *Latin American Perspectives*, Issue 225, Vol. 46 No. 2, March 2019, p. 107–125 DOI: [10.1177/0094582X1881551](https://doi.org/10.1177/0094582X1881551)

VADELL, Javier; LO BRUTTO, Giuseppe; LEITE, Alexandre Cesar C. The Chinese South-South development cooperation: an assessment of its structural transformation. *Rev. Bras. de Pol. Int.* n. 63, vol. 2, e001, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202000201>

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como uma rede em potencial. *Rev. Bras. de Pol. Int.* n. 57 [special edition], 2021 p 91-107. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400206>

VALENTE, L. e ALBUQUERQUE, Marianna. Da discrição ao ativismo: o novo papel da China no Conselho de Segurança da ONU. *Contexto Internacional*, n. 37 vol. 2, maio-ago, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000200012>

VIEIRA, Victor C.C. Ascensão contra-hegemônica do Sul: Brasil e China, parceria e desafio no início do século XXI. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2015.

WAISBICH, Laura; ROYCHOUDHURY, Supriya; HAUG, Sebastian. Beyond the single story: 'Global South' polyphonies. *Third World Quarterly*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1948832>

XIAOYUN, Li e GUBO, Qi. Should China Join the GPEDC? Prospects for China and the Global Partnership for Effective Development Cooperation. In: CHATURVEDI, Sachin et al., (eds.) *The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021 p. 393-408.

YUAN, Fang. O pragmatismo da China na Cooperação Sul-Sul: integração do gene histórico e dos elementos modernos. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, vol. 8 n. 2 p. 86-102, jun. 2020. DOI: [10.5752/P.2317-773X.2020v8.n2.p86](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2020v8.n2.p86).

## Dados da autora

Marina Bolfarine Caixeta

Pesquisadora doutora com atuação nos campos da cooperação internacional para o desenvolvimento, políticas públicas (e sociais), gestão de projetos, monitoramento e avaliação, especialmente sobre a Cooperação Sul-Sul.

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (ELA/ICS/UnB) em 2021, mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação internacional (UnB) em 2014, especialista em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) em 2010 e bacharel em Relações Internacionais (UCB) em 2005. Pesquisadora do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (ASUL) desde 2015 e dos grupos de pesquisa sobre o feminismo e a descolonização das Relações Internacionais. E-mail: [marinabolfarinecaixeta@gmail.com](mailto:marinabolfarinecaixeta@gmail.com).